



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 100/XIII/ 3.<sup>a</sup> SL

Aos 24 dias do mês de janeiro de 2018, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

*10:00 - Audição do Ministro da Saúde, requerida pelo BE, «na sequência da renovação, por 2 anos, do contrato com a Lusíadas Saúde para a gestão clínica do Hospital de Cascais».*

---

10:00 - Audição do Ministro da Saúde, requerida pelo BE, «na sequência da renovação, por 2 anos, do contrato com a Lusíadas Saúde para a gestão clínica do Hospital de Cascais»

O Presidente da Comissão cumprimentou o Ministro da Saúde, Adalberto Campos Fernandes, e a delegação que o acompanha, Fernando Araújo, Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, e Rosa Matos, Secretária de Estado da Saúde, dando nota da grelha de tempos a utilizar nesta audição.

O Deputado Moisés Ferreira apresentou o [requerimento](#) na sequência da «*prorrogação do contrato com o grupo Lusíadas Saúde, de forma administrativa, por mais dois anos*», informando que a despesa com as PPP's é crescente e não é verdade que fique mais barata para o SNS. Entende que «*o que é público deve ser gerido pelo público, pelo que a gestão privada, com o objetivo de retirar lucro e com a perspetiva da saúde como um negócio, deve ser expurgada do SNS*». Considera que o Ministro tinha uma oportunidade de romper com as políticas erradas dos últimos anos, mas que, em vez disso, e a dois anos do fim do fim da PPP, decidiu lançar um concurso internacional com vista a uma nova parceria público privada. Perguntou ao Ministro se, perante todas as evidências, está na disponibilidade de parar o concurso e reverter a PPP de Cascais para a gestão pública.

O Ministro da Saúde, que já esclareceu este assunto no Plenário, disse que lançar o concurso internacional para a PPP de Cascais foi uma decisão do Governo. Referiu que as conclusões dos estudos do Tribunal de Contas, da UTAP e da ERS não davam conta de fatores negativos, pelo que valia a pena suscitar um novo concurso e permitir a existência de modelos diferentes de gestão no SNS, até porque os utilizadores se mostravam satisfeitos, bem como os profissionais. Recordou que existem parcerias no



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 100/XIII/ 3.<sup>a</sup> SL

setor privado e deu o exemplo das farmácias comunitárias, mas o importante é que haja um SNS forte e gerido devidamente. Aludiu à revisão da Lei de Bases da Saúde, de que se começa a falar, considerando que será aí que as estratégias devem ser dirimidas.

O Deputado Ricardo Baptista Leite entende que o assunto desta audição é importante, mas há outros assuntos importantes para discutir. Os estudos da ERS e da UTAP sobre a PPP de Cascais revelam dados positivos, designadamente a satisfação dos utilizadores, reconhecendo que ainda há erros e problemas. O prolongamento do contrato até ao limite de dois anos levanta algumas questões porque o atual tem deficiências nas áreas da infeciologia, oncologia e saúde mental. Perguntou se prevê a integração dessas áreas e se está disposto a que o concurso internacional possa ser alvo de discussão pública.

O Ministro da Saúde frisou que a abertura do concurso teria que ser feita nos exatos termos do inicial porque revê-los beneficiaria a entidade gestora. Em relação à proposta de fazer uma avaliação pública do concurso, é uma opção que não descure. Garantiu que o operador que ganhar o concurso será obrigado ao cumprimento escrupuloso do contrato de gestão e do serviço público e se não houver nenhuma proposta alinhada com o caderno de encargos, o Governo está preparado para transformar esta PPP em Hospital EPE.

O Deputado João Marques considera que está mais que esclarecido sobre os motivos que levaram à prorrogação do contrato até dois anos. Foi utilizado o critério da prudência para não haver quebra da prestação de serviços, reconhecendo que a opção tomada foi a mais racional. Referiu dados que comprovam que os preços pagos pelo doente padrão na PPP não são superiores aos praticados nos hospitais EPE e que a Parceria teve avaliação de muito bom e de bom nos indicadores. Questionou o Ministro sobre se a entidade gestora aceitou as propostas da ARSLVT, quais os riscos de uma possível internalização e se esta levará a uma otimização de custos.

O Ministro da Saúde recordou que a criação da PPP de Cascais teve em linha de conta que a população da zona era muitas vezes servida por um Hospital sem condições, referiu que os custos de transição existirão sempre, mas o interesse público deve ser acautelado, melhorado o caderno de encargos atual e, se não houver candidatos, deve programar-se a internalização da PPP.



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 100/XIII/ 3.<sup>a</sup> SL

A Deputada Isabel Galriça Neto julga que não se justifica multiplicar as vindas do Ministro à Comissão, e os portugueses dificilmente entenderão que se dê tanto tempo a uma matéria amplamente esclarecida. Desejaria antes falar de política geral de saúde, que será objeto da audição prevista para o dia 28 de fevereiro.

A Deputada Ana Rita Bessa lembrou que a perceção da realidade não se pode confundir com a própria realidade. Há dados objetivos para tomar decisões, como os relatórios da ERS, UTAP e TC comprovam, pois indicam uma poupança do Estado, a satisfação dos utentes e uma boa classificação no SINAS (Sistema Nacional de Avaliação de Saúde). Questionou o Ministro sobre se confirma que, na decisão da continuidade da PPP, há um conjunto de informação sólida, que foi tomada em conta, nomeadamente a relativa ao aumento da produção hospitalar e que as listas de espera são geridas pelo Ministério da Saúde.

O Ministro da Saúde disse estar na expectativa de debater a política geral de saúde, estando sempre disponível para debater qualquer tema requerido. Deu conta de que foi uma informação sólida que esteve na base da tomada de decisão da prorrogação do contrato até dois anos.

A Deputada Carla Cruz disse que o PCP sempre se opôs ao modelo das Parcerias e o Governo, ao prorrogar por mais dois anos a PPP de Cascais e decidir fazer um concurso internacional, perdeu a oportunidade de reverter as PPP's de Cascais e de Braga para o setor público. Perguntou como é que está salvaguardado o interesse público quando há informações gravosas nos relatórios e que são contra o interesse público.

O Ministro da Saúde disse que não há nenhum regime de PPP's que tenha um modelo contratual tão completo na definição de regras como o português, porque é apertado, rígido e prevê penalidades e multas aos operadores que não cumpram. O ideal seria que cada Hospital tivesse o máximo de eficiência, de resposta e de qualidade, mas não há nenhum que cumpra tudo. Sobre as Parcerias esclareceu, designadamente, que ainda não foi encontrada uma forma de resolver a questão das listas de espera, que o gestor público dispõe de instalações próprias, às quais pode aceder quando quiser e sem aviso prévio, que o operador tem de cumprir determinados rácios, reconhecendo no entanto que o modelo de acompanhamento do gestor público pode ser melhorado.



## **COMISSÃO DE SAÚDE**

### **ATA NÚMERO 100/XIII/ 3.<sup>a</sup> SL**

Na segunda ronda, de 5 minutos por Grupo Parlamentar, usaram da palavra para comentar e colocar questões os Deputados Ricardo Baptista Leite, António Sales, Moisés Ferreira, Ana Rita Bessa e João Ramos, a que o Ministro da Saúde respondeu em conjunto.

Na terceira ronda, de 3 minutos por Deputado, fizeram intervenções, para pedir esclarecimentos adicionais, os Deputados Ricardo Baptista Leite, João Gouveia, Moisés Ferreira, Ana Rita Bessa e Carla Cruz, a que o Ministro da Saúde também respondeu em conjunto.

O Presidente agradeceu as informações e os esclarecimentos do Ministro da Saúde.

A reunião foi encerrada às 13:05 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo aceder à vídeo/gravação neste [link](#).

Palácio de São Bento, 24 janeiro 2018.

**O PRESIDENTE**

**(JOSÉ DE MATOS ROSA)**



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 100/XIII/ 3.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Sales  
Carla Cruz  
Catarina Marcelino  
Cristóvão Simão Ribeiro  
Eurídice Pereira  
Fátima Ramos  
Isabel Galriça Neto  
Isaura Pedro  
João Gouveia  
João Marques  
Jorge Falcato Simões  
José António Silva  
José de Matos Rosa  
Luís Graça  
Luís Vales  
Marisabel Moutela  
Miguel Santos  
Moisés Ferreira  
Ricardo Baptista Leite  
Ana Rita Bessa  
António Topa  
Bruno Coimbra  
Maria Manuela Tender

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra  
José Luís Ferreira  
Luís Soares  
Maria Antónia de Almeida Santos  
Teresa Caeiro